



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUANA VIEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMILIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
PARTICIPANTES DO INSTITUTO GUGA KUERTEN – NÚCLEO SÃO JOSÉ**

FLORIANÓPOLIS/SC

2018

LUANA VIEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMILIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
PARTICIPANTES DO INSTITUTO GUGA KUERTEN – NÚCLEO SÃO JOSÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina — UFSC, para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Professora Orientadora: Edilane Bertelli

FLORIANÓPOLIS/SC

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

LUANA VIEIRA

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMILIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO INSTITUTO GUGA KUERTEN – NÚCLEO SÃO JOSÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Prof. Orientadora Dra. Edilane Bertelli
Departamento de Serviço Social – UFSC
Presidente



Prof. Dra. Michelly Laurita Wiese
Departamento de Serviço Social – UFSC
1ª Examinadora



Assistente Social Jhennifer Cristine da Silveira
Instituto Guga Kuerten – IGK
2ª Examinadora

Dedico este trabalho, bem como todas as minhas demais conquistas, à minha *família* que sempre me apoiou, incentivou e não mediu esforços para que eu chegasse até o fim desta etapa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me proporcionado saúde e sabedoria para superar as dificuldades e desafios durante todo o período da graduação e conseguir conquistar mais essa etapa e uma das maiores metas da minha vida.

A minha incrível mãe Helenita Vieira, que mais do que qualquer outra pessoa sempre acreditou indiscutivelmente no meu potencial e lutou para que um dos meus maiores sonhos fosse concluído. Com felicidade e preocupação, ela vinha ao meu encontro pelas madrugadas e manhãs para saber como estava, sempre oferecendo e se disponibilizando a fazer os deliciosos lanchinhos para que eu pudesse ter energia e assim concluir a meta do dia. Ao meu pai Elmerindo Vieira, que nunca deixou me faltar nada, sempre me incentivando a seguir os estudos e batalhando para a minha permanência e manutenção na Universidade.

Agradeço aos meus irmãos maravilhosos, Aline Lopes Vieira, Júlio César Vieira, Liliane Vieira e Leandro Vieira, pois sem eles talvez eu não tivesse chegado até aqui, foram eles que mais me deram estímulos desde a minha aprovação na Universidade, durante todo o processo e o período final deste trabalho. Por terem acreditado em mim mais do que eu mesma, por estarem sempre presentes no meu dia a dia, tanto em momentos bons e ruins, de risos e lágrimas, a eles todo o meu amor e gratidão pela nossa união.

Gostaria de agradecer em especial a minha irmã Liliane, que desde o início se manteve inteiramente presente não somente na graduação como durante toda a minha vida, me dando todos os subsídios necessários para que eu chegasse sempre até o fim. Foram muitas lágrimas ao seu ombro, tanto boas quanto ruins, desinibindo minhas fragilidades com tanto amor e reciprocidade em todos os dias da minha vida.

Ao meu cunhado Wesley Bezerra Barros, que considero como um irmão, membro muito amado de minha família. Esteve ao meu lado, sempre me apoiando e incentivando para que eu continuasse firme, superasse as minhas fragilidades emocionais e conseguisse finalizar o meu trabalho. O meu muito obrigada por tudo, inclusive pelos momentos em que precisei recorrer a ele, é uma grande satisfação tê-lo como parte da minha família.

Agradeço aos meus sobrinhos Bruno, Maria Clara, Bruna e Lorena, presentes maravilhosos que Deus proporcionou a minha vida. Principalmente a minha afilhada Lorena e ao Bruno, os dois que mais tiveram presentes no meu dia a dia e, muitas vezes, me aliviaram de momentos angustiantes e de tensão, me fazendo desligar das responsabilidades e compromissos da vida adulta, promovendo assim descontração, força e energia para que eu continuasse o meu projeto com muita alegria.

Ao meu noivo Junior, que sempre acreditou no meu potencial, estando literalmente do meu lado com muita paciência, compreensão, torcendo pelo meu sucesso, me apoiando e confortando com palavras de incentivo, carinho e muito amor, a todo o momento priorizando a minha felicidade.

À minha amiga Cíntia de Cássia Luiz, a qual tenho tanto apreço. Obrigada por sempre torcer por mim, me apoiar em todas as decisões e etapas da minha vida, me ouvindo e consolando nas ocasiões que nem sempre foram só risos, e sim alguns de frustrações e desabafos, me ensinando a ter resistência perante as dificuldades da vida pessoal e acadêmica. Agradeço imensamente por ter colorido meus dias com tantas risadas, momentos inesquecíveis e ter sido muitas vezes o refúgio de muitas situações. Que possamos continuar com esse sentimento recíproco, espero essa seja uma das primeiras conquistas juntas de nossas vidas e que estejamos sempre unidas para dividir muitas alegrias e experiências.

À minha amiga Amanda Beatriz da Silva, que com o seu jeito meigo, calmo e transparente, com o coração puro e verdadeiro sempre me incentivou torceu por mim, acreditando na minha capacidade, me impulsionando a ter garra e foco nos meus objetivos. Muitos foram os momentos de desabafos e otimismo durante esse trajeto. Obrigada por tanto amor, companheirismo e reciprocidade amiga.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade de realizar o curso de graduação em Serviço Social gratuitamente e de qualidade.

Aos mestres do curso de Serviço Social que durante anos compartilharam seus conhecimentos com muita dedicação e, sobretudo, estavam ali prontos para me ajudar.

Agradeço imensamente ao Instituto Guga Kuerten por ter disponibilizado a oportunidade de realizar a incrível experiência de estágio, a qual levarei para o resto da minha vida. À coordenadora social, Suelen Virgilino, por ter concedido a vaga, acreditado no meu potencial ainda ter me acolhido em momentos delicados ao longo desse percurso, a ela toda a minha admiração.

À minha supervisora de campo Gabriela Minelli, pela troca de conhecimento, disponibilidade durante este período precioso para minha formação, pelas orientações, paciência, compreensão e confiança.

A toda equipe do Núcleo São José, a melhor equipe interdisciplinar que eu poderia ter participado, eu sempre me lembrarei de cada um de vocês com muito carinho. Obrigada por me acolherem da melhor forma possível, pela troca de conhecimento, experiências, reciprocidade afetiva e o apoio fundamental.

À todas as crianças e adolescentes do Programa Campeões da Vida, que pude conhecer e me proporcionaram a cada dia um novo aprendizado no meu processo de estágio. Obrigada por cada sorriso, abraço, olhar, palavra e sentimento. Não poderia deixar de agradecer aos familiares dos educandos com os quais mantive contato e me relacionei durante o período de estágio, obrigada por cada momento e reconhecimento.

À minha orientadora Edilane Bertelli, por ter aceitado o desafio e acreditado no meu potencial, sempre com muita positividade, tranquilidade, dedicação e compreensão. Obrigada por me confortar nos meus momentos de angústias e desespero. Serei eternamente grata.

A professora Michelly e a Assistente Social Jhennifer membros da banca, por terem gentilmente aceitado e se disponibilizado para contribuírem com esse momento único e especial na minha formação acadêmica.

Meus agradecimentos a todos que passaram pelo meu caminho e contribuíram de forma direta ou indiretamente, apoiando, torcendo e incentivando cada dia mais para a conclusão da minha graduação. A todos, meu muito obrigada.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema família e objetiva analisar e caracterizar as famílias das crianças e adolescentes que participavam do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida - Núcleo São José do Instituto Guga Kuerten em 2018. Para alcançar os propósitos deste estudo, adotamos a abordagem quantitativa para a coleta e construção de indicadores sociais partir de dados disponíveis no formulário de registro dos educandos dessa instituição, e a abordagem qualitativa para a análise dos indicadores sociais construídos nessa pesquisa e a compreensão do debate acerca da família, de sua relação com as políticas sociais, das mudanças sociais e demográficas nas últimas décadas na sociedade brasileira, bem como para a análise dos indicadores sociais construídos nessa pesquisa. Os resultados destacam a necessidade e importância para o Serviço Social de debater a concepção de família e compreender o lugar atribuído às famílias nas políticas sociais, em particular, diante das mudanças contemporâneas no âmbito da família e da tendência familista das políticas de proteção social. Além disso, salienta desafios aos assistentes sociais tanto para não incorrerem na responsabilização e culpabilização das famílias pobres nos processos de intervenção profissional, quanto para a sistematização de dados sobre os usuários e sua realidade social, no sentido de construir propostas de trabalho que provoquem mudanças nos diferentes planos das relações sociais e familiares tendo em vista efetivarem e garantirem direitos sociais a partir de demandas emergidas do cotidiano dos usuários.

Palavras-chaves: Família. Caracterização sociofamiliar. Políticas Sociais. Proteção Social.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Distribuição dos responsáveis por sexo.....	38
GRÁFICO 2	Distribuição das famílias dos educandos conforme arranjos familiares.....	39
GRÁFICO 3	Distribuição das famílias segundo a faixa de renda familiar	41
GRÁFICO 4	Distribuição dos <i>responsáveis</i> pelos educandos segundo o grau de escolaridade	42
GRÁFICO 5	Distribuição de <i>cônjuges/parceiros</i> dos responsáveis por grau de escolaridade.....	43
GRÁFICO 6	Distribuição dos <i>responsáveis</i> por “inserção” no mercado de trabalho	44
GRÁFICO 7	Distribuição dos <i>cônjuges/parceiro/a(s)</i> por “inserção” no mercado de trabalho.....	45

LISTA DE TABELA

TABELA 1	Distribuição dos responsáveis por naturalidade segundo a unidade federativa e região do Brasil	46
----------	--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACM	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
ART.	Artigo
ASMOSEMA	Associação de Moradores do Sertão do Maruim
ASTEL	Associação Esportiva e Social de Florianópolis
CF-1988	Constituição Federal de 1988
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COEPAD	Cooperativa de Pais e Amigos da Pessoa com Deficiência
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPS	Fundo de Apoio a Projetos Sociais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGK	Instituto Guga Kuerten
INPLAC	Indústria de Plásticos S/A
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NSJ	Núcleo São José
ONG	Organização Não Governamental
PCV	Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SESC	Serviço Social do Comércio
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSF	Trabalho Social com Famílias
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	16
2.1	Como pensar as famílias?	16
2.2	Mudanças contemporâneas na família	19
2.3	Família e proteção social	23
2.4	Centralidade da família na política social brasileira	29
3	CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS: RESULTADOS E ANÁLISES	33
3.1	Breves considerações sobre o Instituto Guga Kuerten	33
3.2	Bairro Sertão do Maruim: breve contextualização	36
3.3	Caracterização sociodemográfica das famílias	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) se refere, em linhas gerais, ao tema da família no âmbito das políticas de proteção social e, em específico, à caracterização sociodemográfica das famílias dos educandos, crianças e adolescentes, participantes do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida (PCV) no Núcleo São José do Instituto Guga Kuerten (IGK). As atividades desse Núcleo acontecem no bairro Sertão do Maruim, localizado no município de São José, Santa Catarina, abrangendo em média 100 (cem) crianças e adolescentes com idade entre 07 a 15 anos, integrantes de escolas públicas ou encaminhados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desse território específico.

O interesse pela temática foi impulsionado pela experiência vivenciada nessa organização não governamental (ONG), que desenvolve serviços sociais relacionados às políticas de assistência social e da criança e do adolescente, durante o estágio supervisionado obrigatório II e III (2017-1 e 2017-2) e não obrigatório I (2018-1) do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Acompanhamos, nesse período, tanto crianças e adolescentes quanto suas famílias, direta ou indiretamente, e, dessa forma, observamos e conhecemos aspectos da vida dos educandos e ou de suas famílias, bem como do cotidiano do trabalho dos assistentes sociais nesse espaço sociocupacional.

No processo de formação tanto a experiência vivenciada de estágio supervisionado, quanto os estudos sobre família e política social de Regina Célia Tamasso Miotto (2006, 2008, 2010, 2016) e de Solange Maria Teixeira (2010, 2013, 2016) na área do Serviço Social, por exemplo, foram fundamentais para conhecer a complexidade que envolve as relações entre família e Estado no âmbito das políticas de proteção social em sociedades capitalistas. Assim, chamou nossa atenção sobre o lugar atribuído às famílias nas políticas sociais, a centralidade da família nas políticas de assistência social e da criança e adolescente (relacionadas aos serviços sociais do IGK), a concepção de família nessas políticas sociais, as críticas à tendência predominante no Brasil de responsabilização das famílias pela proteção social, os principais aspectos a serem considerados no trabalho social com famílias (TSF).

Diante da necessidade de definir nosso objeto de estudo consideramos esses dois aspectos. O interesse de elaborar o trabalho de conclusão de curso vinculado à experiência do estágio supervisionado em Serviço Social e que abordasse o tema família nas políticas sociais. Mas ainda ficava a pergunta: o que nesse contexto? As reflexões de Miotto (2010, p.169) sobre trabalho social com famílias destacam como requisitos a concepção de família e,

“particularmente, como ela é incorporada à política social, quais famílias são incorporadas e em quais políticas e os impactos que essas políticas têm na vida das famílias”. Como argumenta a autora, para o planejamento e definição das ações profissionais no âmbito do trabalho com famílias é fundamental conhecer quem são essas famílias:

Para que seja realmente efetivo na projeção das ações, o conhecimento das situações familiares não pode ser tratado de forma aleatória, mas sim ser produzido a partir das concepções que balizam o TSF. Ou seja, implica conhecer o conjunto de relações que estruturam os processos e a dinâmica familiar e definem a situação. Essa concepção baliza o entendimento dos processos familiares como a construção singular, arquitetada na família, a partir das múltiplas relações que condicionam e definem a sua forma de ser. (MIOTO, 2016, p.22).

Neste sentido a autora considera “que o processo de conhecimento das situações familiares tem dentre seus objetivos responder três perguntas chaves: Quem são as famílias? Como elas vivem? Como elas exercem a proteção social?” (MIOTO, 2016, p.23). Essas perguntas contribuíram para delimitar o objeto e definir a pergunta principal de nosso estudo, ou seja, como se caracterizam as famílias de crianças e adolescentes participantes do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, Núcleo São José, do IGK?

Ao ser concedida a vaga para o educando, o mesmo recebe uma ficha cadastral diretamente da escola parceira do PCV ou do CRAS para os responsáveis preencherem, assinarem, e entregarem no primeiro dia que for iniciar a sua participação no programa. Sendo assim, é de atribuição da estagiária de Serviço Social receber essas fichas cadastrais e realizar formalmente a matrícula no sistema da instituição. Ao passar do tempo com as inserções de muitos educandos e dados obtidos nas fichas, apontaram-se algumas indagações. Quais informações sobre as famílias são coletadas nos atendimentos? É possível a sistematização dos dados contidos no formulário específico e caracterizar os educandos e suas famílias?

Assim definimos como objetivo geral analisar e caracterizar as famílias dos educandos que participam do PCV, Núcleo São José do IGK, a partir da construção de indicadores sociais quantitativos de dados disponíveis nessa ONG. Quanto aos objetivos específicos visamos: a) conhecer nas fichas cadastrais de identificação os dados obtidos pela instituição sobre os familiares responsáveis e os educandos; b) sistematizar esses dados coletados através de indicadores sociodemográficos; c) interpretar os resultados quantitativos da pesquisa articulados às reflexões teóricas da temática “família”.

A metodologia deste trabalho contempla uma pesquisa quanti-qualitativa, por entender que possibilita trabalharmos com o objeto de estudo definido, sendo que os dados quantitativos e as informações qualitativas se complementam. Os dados quantitativos

possibilitam a compreensão da abrangência do fenômeno. As informações qualitativas permitem conhecer o significado que as pessoas atribuem aos fenômenos. A relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação. Assim, para alcançar os propósitos deste estudo, adotamos a abordagem quantitativa para a coleta e organização dos dados, e a abordagem qualitativa para a análise dos indicadores sociais construídos nessa pesquisa.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, definimos como unidade de análise empírica o Núcleo do IGK em São José, bairro Sertão do Maruim, pois foi o local onde realizamos o estágio supervisionado, pelo acesso as fichas cadastrais e aos dados disponíveis, pela possibilidade de contato com educandos, famílias e profissionais, facilitando a realização da pesquisa de campo.

Em relação ao *corpus* da pesquisa, definimos pela inclusão das 84 famílias participantes do PCV do NSJ, contemplando o número total de cem educandos. Assim, constam 71 famílias nas fichas cadastrais cujos educandos não possuem irmãos participantes do Programa, e 13 famílias cujas fichas cadastrais apontam educandos que possuem um ou dois irmãos participantes do PCV.

Para a caracterização pretendida obtivemos dados relacionados ao sexo dos responsáveis pelos educandos, os arranjos familiares, renda familiar, situação em relação ao mercado de trabalho, naturalidade e a participação em programas federais da política de assistência social. Em relação à faixa etária dos familiares responsáveis não foi possível identificar, pois não é um indicador que a instituição exige nas fichas cadastrais dos educandos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três seções, considerando a introdução a primeira delas. Na segunda seção, faremos a discussão e reflexão da concepção de famílias em debate com alguns autores, abordaremos a família e políticas sociais na contemporaneidade. Na terceira seção, iremos apresentar a caracterização das famílias e os resultados obtidos e análises construídas a partir dos objetivos propostos no trabalho.

2 FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Nesta parte do trabalho abordaremos algumas reflexões acerca da família na contemporaneidade em relação às concepções e as mudanças sociais e demográficas na sociedade brasileira.

2.1 Como pensar as famílias?

Antes de abordarmos o debate sobre concepções de famílias cabe ressaltar que a família é um sujeito importante da intervenção do assistente social desde o início dessa profissão na década de 1930. Conforme Iamamoto (1983), o trabalhador e sua família foram o público-alvo preponderante do exercício profissional em todos os espaços ocupacionais. Assim, de acordo com Mito (2004, p.02),

No âmbito do Serviço Social, os processos de atenção às famílias, fazem parte da história da profissão. Segundo Neder (1996), os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena.

Nas décadas recentes algumas pesquisadoras no campo do Serviço Social como área de conhecimento têm se destacado no debate sobre família e o lugar ocupado nas políticas de proteção social, entre estas, Regina Célia Tamasso Mito, Marta Campos, Solange Maria Teixeira. Diante disso, neste e em outros itens, as questões trazidas para reflexão serão fundamentadas especialmente nessas autoras.

Conforme destaca Teixeira (2013), para estudar a família devemos desfazer a ideia de naturalidade e a-historicidade que a envolve, pois se trata de instituição social e histórica. Assim, é impossível analisar tal temática dissociada da perspectiva de historicidade e totalidade, portanto inserida nas formações sócio históricas, condicionada por vários determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais bem como pelas relações de classe, gênero, étnico-racial. Portanto, segundo a autora, constitui característica da família como instituição social a mutabilidade e a não naturalidade.

A ideia de família sob a perspectiva da totalidade remete a família não isolada da sociedade, como se ela fosse um refúgio alheio às dinâmicas sociais, autossuficiente e independente das regulamentações e interferências do Estado. Pelo contrário, a família

interage com a dinâmica da vida social, os efeitos do mercado, do trabalho, das políticas sociais, do aparelho jurídico e etc.

Outro aspecto fundamental apontado pela autora para estudar a família é a necessidade de desfazer a visão de que a família internamente é homogênea e, assim, observável em qualquer contexto social histórico. A contestação dessa ideia se fundamenta em estudos etnográficos da antropologia que, há muito tempo, identificaram uma diversidade de formas de organização familiar e modos diferentes de significar a família. Aliás, essa afirmação aparece reiterada em vários estudos e de diferentes áreas do saber.

Nesse sentido implica considerar a diversidade de arranjos e dinâmicas familiares, bem como que internamente “a família não é homogênea, as relações entre seus membros são assimétricas, conservam diferenciações de gênero e de geração e são hierarquizadas” (TEIXEIRA, 2013, p.30). Portanto, apresentam conflitos, hierarquias, contradições, ou seja, requer pensar que a família não é necessária e naturalmente um grupo cujas relações são harmoniosas, conforme Bruschini (1993, p.77):

a família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo.

A concepção de família desenvolvida por Bruschini (1993) vai ao encontro da observada em Saraceno (1992, p.14), socióloga italiana referenciada nos estudos elaborados pelas autoras do Serviço Social supracitadas, quando afirma que

a família também é o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos de homens e mulheres, ainda que isso assumam formas diversas nas várias sociedades.

Os estudos de Mioto sobre família, proteção social e intervenção profissional, elaborados desde a década de 1990, também vem ao encontro das concepções anteriormente mencionadas. Nesse sentido, compreende a família

como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas, ou não, por laços consanguíneos. (...) estamos diante de uma família quando encontramos um espaço constituído de pessoas que se empenhem uma com as outras, de modo contínuo, estável e não-casual. (MIOTO, 1997, p.120).

Ainda, de acordo com essa autora:

A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. Portanto, ela não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. E, nesse contexto, pode-se dizer que é a família que “cobre as insuficiências das políticas públicas, ou seja, longe de ser um ‘refúgio num mundo sem coração’ é atravessada pela questão social”. (MIOTO, 2010, p.167-168).

Szymanski (1995), no campo da psicologia social, aborda a relação familiar a partir das expectativas individuais e de como estas se realizam ou não na constituição das famílias. A autora critica a ideia de “família pensada” (conjugal nuclear heterossexual burguesa) como modelo único e imposto na sociedade, defendendo a noção de “família vivida”, que envolve soluções e estratégias construídas pelos seus integrantes ao longo da vida. As soluções ocorrem conforme as possibilidades decorrentes dos pertencimentos de classe, gênero, geração e étnico-racial, das dinâmicas econômicas e sociais, as quais refletem nas condições e formas de vida e de trabalho dos indivíduos e das famílias.

Segundo essa autora, a “família vivida” era vista como um desvio de um modelo de família já estabelecido de se viver. Assim, a “família pensada” permanecia como referencial e a sua família considerada como diferente. Não conseguir viver ou realizar essa “família pensada” pode ser encarado pela sociedade e também por profissionais de diversas áreas como sinal de “incompetência”, de “desestrutura”, de “fracasso” entre outros. Porém, esse modelo pensado de família não considera condição social, tempo histórico e características culturais ao impor um modelo de família considerado como o natural, o normal, o certo, e assim desqualifica ou desconsidera os “outros” arranjos formados no decorrer da vida em família que são construídos dentro de determinada cultura familiar, expectativas, regras, crenças e valores.

Conforme observado, para tais autoras, trata-se de uma visão complexa e ampliada acerca da concepção de família. Assim, os formatos e as dinâmicas familiares são as mais diversificadas: arranjos conjugais heterossexuais com ou sem filhos; casais homossexuais sem ou com filhos (biológicos e ou adotados); mulheres, seus filhos (biológicos e ou adotados) com ou sem a presença de outros parentes, entre outros arranjos por afinidade e ou parentalidade.

Como vimos importa o aspecto totalidade para estudar a família em sua historicidade e contradições sociais. Significa compreender que a família nem sempre foi do mesmo jeito, da mesma forma, com a mesma cultura, os mesmos valores. Por isso é importante situar historicamente o contexto em questão e de que família está se falando.

2.2 Mudanças contemporâneas na família

É importante salientarmos que a ampliação do conceito nas últimas décadas possibilitou romper com a ideia naturalizada de família e, mais ainda, com a visão disseminada socialmente de uma forma única (“modelo”) de viver e ser família. A família tem “papel” importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos - nesse processo social passou e vem passando por algumas mudanças, na qual acompanha e também cria demandas à sociedade e ao Estado, com isso construindo, sendo construída e reconstruída pelas relações sociais historicamente.

A partir dos anos de 1980 nas ciências humanas e sociais, estudos sobre o tema família fazem referência, entre outros, às mudanças ou transformações ocorridas na contemporaneidade. Geralmente o marco temporal dessas mudanças no contexto brasileiro são os anos entre 1960-70, relacionado ao aumento da escolaridade e da participação das mulheres no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, aos movimentos sociais e reivindicações das lutas feministas, a aprovação do divórcio, entre outros fatores.

A análise desenvolvida por Bilac (1996, p.02) afirma que:

Nos últimos vinte anos a literatura das Ciências Sociais sobre a família no Brasil tem se caracterizado pela preocupação teórica e empírica com a diversidade das estruturas e configurações familiares. Esta diversidade, que se expressa tanto no tamanho e composição das unidades domésticas, quanto na natureza mesmo das relações entre seus membros e na lógica que organiza estas relações, já vem sendo empiricamente observada há muito tempo, seja em trabalhos de natureza qualitativa, seja em trabalhos de natureza quantitativa e parece estar associada a inserções diferenciais nas classes e grupos sociais (...). Revelou-se assim a imensa plasticidade existente na organização dos grupos domésticos, reveladora das diversas possibilidades de organização da reprodução em uma mesma sociedade.

De acordo com a autora tais questões não são novas, assim como não é de hoje que as famílias se reorganizam visando dar conta de atender suas necessidades pessoais e sociais diante das várias desigualdades da vida em sociedade, portanto, levando-se em conta as condicionalidades econômico-políticas e os contextos socioculturais.

Apesar disso, o modelo nuclear burguês constituiu-se historicamente como a concepção de família considerada “natural” e “normal”, cuja composição compreende a união heterossexual, instituída pelo amor entre um casal e firmada eternamente através do matrimônio civil e ou religioso, com o propósito de gerar filhos biológicos e cujos integrantes possuem “papéis” sociais fixos: o homem se caracteriza como chefe da família e provedor; a mulher como dona-de-casa, mãe, esposa e submissa ao marido; os filhos devem obediência aos pais e requerem cuidados e atenção especiais para o pleno desenvolvimento emocional e psicológico sadio, necessários a dinâmica do modo de produção e reprodução social capitalista. (SZYMANSKI, 1995).

Mesmo que não correspondesse a realidade vivida pelas famílias e em todas as classes sociais, esse modelo tradicional de família, apesar das mudanças, ainda permanece como parâmetro em discursos institucionais, da mídia, de profissionais como o jeito reconhecido “certo” e “estruturado” de família, discriminando e estigmatizando como inferiores socialmente outras tantas dinâmicas familiares.

Entre os aspectos que influenciaram e implicaram mudanças nas famílias, várias autoras destacam, além da maior inserção da mulher na sociedade relacionada à educação e ao trabalho remunerado, o movimento feminista constituído a partir da década de 1970. Movimento que se caracterizou, em linhas gerais, além do diálogo com movimentos de mulheres brasileiros e com movimentos feministas de outros países ocidentais, pelas lutas contra a opressão e subalternidade das mulheres, pela emancipação social e sexual das mulheres, pelo reconhecimento das mulheres como cidadãs e contra as várias formas de violência vivenciadas nas esferas privada e pública, pela defesa das liberdades democráticas e contra a ditadura militar. (SARTI, 1988; 2001).

As questões das desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres, conforme os pertencimentos de classe e étnico-racial, foram trazidas para a arena pública pelos movimentos feministas nesse período histórico e contribuíram para o questionamento da família naturalizada e das relações sociais de gênero na divisão sexual do trabalho, historicamente instituídas nas esferas tanto pública quanto privada da vida em sociedade.

Nesse contexto, vários fatores são geralmente citados pelas pesquisadoras dessa temática e, por conseguinte, como condicionantes das dinâmicas e arranjos familiares. Podemos citar, por exemplo, a partir de vários estudos consultados: a difusão, a partir de meados da década de 1960, do uso da pílula anticoncepcional como método contraceptivo; a aprovação da lei do divórcio em 1977 que reconhece o fim do matrimônio; o desemprego e ou a baixa remuneração dos trabalhadores (homens, provedores e chefes de família) forçando a

inserção no mercado de trabalho formal ou informal de outros (crianças, jovens, mulheres, idosos) integrantes da família; o desejo de profissionalização e independência financeira almejada pelas (ou parte das) mulheres, mas dependentes das condições objetivas conforme as relações de classe, gênero e étnico-raciais.

A disseminação da pílula anticoncepcional a partir da década de 1960 na sociedade brasileira, como forma de controle da gravidez, separou a relação sexual da reprodução interferindo na sexualidade feminina e constituindo uma possibilidade de escolha para as mulheres de exercer ou não a maternidade, de decidir em que momento da vida realizá-la ou não. Conforme Sarti (2005), essa tecnologia de controle da reprodução humana propiciou condições para que as mulheres “deixassem” de ter sua vida e sexualidade associadas à maternidade como destino natural.

Esse mecanismo de controle da gravidez, associado à inserção das mulheres no mercado de trabalho e a elevação dos níveis de escolaridade, repercutiu na queda da taxa de natalidade, na diminuição do tamanho das famílias, no retardamento da idade de gerar filhos, no aumento de casais sem filhos. Devido às desigualdades sociais, o acesso e seu uso como forma desse controle não foi, e ainda não se configura, extensiva ou acessada por todas as mulheres se considerarmos as condições socioeconômicas e os aspectos socioculturais. Ainda assim representou a possibilidade de as mulheres não terem mais suas vidas vinculadas à maternidade como destino.

O reconhecimento legal do divórcio no Brasil em 1977 foi outro fator que influenciou mudanças nas dinâmicas e arranjos familiares. Além de representar o rompimento com a ideia naturalizada e normalizada de família e de casamento, implicou: o aumento de famílias monoparentais, em especial, chefiadas por mulheres; a ampliação da constituição de famílias através de recasamentos com ou sem a existência de filhos; o incremento de pessoas morando sozinhas.

O desenvolvimento tecnológico da medicina e de cuidados com a saúde ao longo do século XX também repercutiram nas famílias, haja vista que contribuíram para diminuir os índices de mortalidade e elevar a média de idade quanto à expectativa de vida. Conforme a realidade socioeconômica das famílias implicou a convivência entre várias gerações ou essa convivência por mais tempo.

Nesse sentido, associada às situações de rupturas conjugais, às condições econômicas conforme o pertencimento de classe e aos valores culturais, filhos e ou filhas separadas (com ou sem filhos) podem retornar à casa dos pais reconfigurando as relações e arranjos das famílias; conforme o contexto e condições os pais idosos aposentados podem (ou não) se

constituir arrimo da família; idosos viúvos que não havendo alternativa, passam a depender e ou morar com os filhos e ou netos, por exemplo. De qualquer forma, devido ao aumento de expectativa de vida, tem se projetado um tempo maior de convivência entre as gerações nas famílias.

A reprodução assistida difundida na década de 1980, segundo Sarti (2005), dissociou a gravidez da relação sexual entre homem e mulher, afetando diretamente a identificação da família como natural. Porém, conforme a análise dessa autora, ao mesmo tempo em que possibilita aos casais homossexuais a experiência da reprodução, reforça o valor social da maternidade e a manutenção de relações de gênero tradicionais. Ainda, apesar dos preconceitos ainda vigentes e do não reconhecimento constitucional, outra mudança se refere à ampliação do número de casais homossexuais, femininos e masculinos, com ou sem filhos.

Nesse sentido, evidenciam-se algumas tendências em relação às famílias brasileiras (SARTI, 2005), as quais configuram também as tendências mundiais (HOBSBAWM, 1995), tais como: diminuição do tamanho das famílias, elevação de divórcios e de recasamentos, maior participação da mulher na manutenção econômica da família, aumento de casais sem filhos. Além disso, ainda que de forma incipiente, a constituição de formas compartilhadas nas relações de gênero quanto aos cuidados familiares e demais atividades domésticas, de longa data atribuída como natural às mulheres.

Do ponto de vista legal, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF-1988) ampliou a concepção quanto ao reconhecimento da família. Eliminou a chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em iguais deveres e direitos pela mulher e pelo homem, entretanto, permaneceu restrita a conjugalidade heterossexual. Eliminou também a diferenciação entre filhos biológicos legítimos e ilegítimos, ao tornar crianças e adolescentes sujeitos de direitos com prioridade de proteção integral, e, dessa forma, responsabilizando os homens pela paternidade. Nesse sentido, colaborou o exame de DNA, que permitiu a identificação da paternidade com maior grau de “certeza” e, ao mesmo tempo, tencionou o lugar de pai, o lugar masculino na família, haja vista atitudes de irresponsabilidade masculina em relação aos filhos. (SARTI, 2005).

Além disso, conforme o disposto no artigo 226 (CF-1988) ampliou o conceito de família antes centrado na conjugalidade heterossexual oficializada pelo casamento civil, reconhecendo oficialmente a união estável, bem como as famílias monoparentais, porém, ainda excluindo outros arranjos e dinâmicas familiares e se contrapondo ao princípio de que todos são iguais perante a lei.

De acordo com o exposto, consideráveis mudanças ocorreram e são de suma importância para a compreensão da família na atual conjuntura e ordenamento da estrutura social, em particular, para os profissionais de diferentes áreas que desenvolvem trabalho social com famílias nas políticas de proteção social.

2.3 Família e proteção social

Antes de abordarmos sobre o lugar da família nas políticas sociais, cabe destacar, segundo Di Giovanni (1998), que em todas as sociedades humanas foram desenvolvidas de alguma forma sistemas de proteção social. Assim, o autor concebe os sistemas de proteção como:

formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas, que as sociedades constituem para proteger o conjunto ou parte de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. Isto significa que as sociedades sempre alocaram recursos e esforços em suas atividades de proteção social. (DI GIOVANNI, 1998, p.10).

Essa concepção afirma a ideia de que existiram e existem modalidades históricas de sistemas de proteção social. O autor destaca que “certamente, as formas e os modos de alocação variam de um grupo social para outro, segundo critérios históricos e culturais, mas que sempre incluem, implícita ou explicitamente, uma dimensão de poder”. (DI GIOVANNI, 1998, p.10). Assim, os critérios históricos e culturais para a alocação de recursos seguem, em geral, três modalidades que não são excludentes entre si: 1) a tradição - baseada em valores de solidariedade, fraternidade, caridade, desenvolvida pela família, vizinhança, práticas religiosas, ajuda mútua; 2) a troca - pautada em valores mercantis, desenvolvida pelas práticas econômicas (oferta de serviços) no mercado privado; 3) a autoridade - envolve alocação de recursos através da intervenção do Estado (papel de gestor, produtor e regulador dessas relações). (DI GIOVANNI, 1998).

Dessa maneira compreende a constituição das formas de proteção social marcada por conflitos de interesse e correlações de força entre os agentes envolvidos nos contextos específicos a que se referem. A concepção desenvolvida pelo autor também identificamos referenciada em vários estudos elaborados na área do Serviço Social como, por exemplo, os

de Regina Célia Tamaso, Miotto, Marta Silva Campos, Potyara Amazoneida Pereira Pereira, Solange Maria Teixeira, entre outros.

Essas autoras destacam a relação entre família, mercado e Estado na proteção social em sociedades modernas ocidentais; defendem a importância de compreender o lugar da família nas configurações da proteção social nas sociedades e de como a família é incorporada pelas políticas sociais. Isso porque, “como afirma Esping-Andersen, a forma de gerir e distribuir os riscos sociais entre o Estado, o mercado e a família faz uma grande diferença nas condições de vida de uma população.” (ESPING-ANDERSEN, 2000 apud MIOTO, 2010, p.169).

De acordo com Miotto (2008, p.130), “historicamente, a família, apesar de sua reconhecida importância na esfera da proteção social, nem sempre mereceu uma cuidadosa atenção no debate sobre o seu papel no âmbito das políticas sociais como provedora de bem-estar”. Essa realidade foi modificada a partir da década de 1970, mas com contradições e horizontes distintos.

As críticas de estudos feministas sobre as análises dos modelos de *Welfare State* centradas nos “homens” e na exclusão do trabalho não pago das mulheres colaboraram para recolocar a família em cena e as relações de gênero. Mas, a crise mundial do capitalismo e do *Welfare State* iniciada nos países desenvolvidos colaborou para a redescoberta da família como instância de proteção (MIOTO, 2008, 2010; MIOTO, CAMPOS, LIMA, 2006; PEREIRA, 2006).

O desenvolvimento do capitalismo provocou mudanças nas formas anteriores de proteção social que eram asseguradas pela família, igreja, senhores feudais no caso das sociedades europeias. Porém, a divisão social e sexual instituiu uma distinção, separação e valorizou hierarquicamente o trabalho da mulher (casa/família, privado) e o trabalho do homem (mercado, público). Foi nesse contexto que ocorreu a naturalização da família e, nesta, da mulher quando se tratava de proteção social:

a consolidação da família como instância privada, com uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres, e do indivíduo (homem e trabalhador assalariado) responsável moral pela provisão familiar, instaura o reinado da família como fonte de proteção por excelência. Ou seja, a família passa a ser o “canal natural” de proteção social vinculado às suas possibilidades de participação no mercado para compra de bens e serviços necessários à provisão de suas necessidades. Essa nova configuração trouxe desdobramentos importantes no contexto das relações sociais e, dentre eles destacam-se o processo de transferência para o interior das famílias de problemas e conflitos gerados no âmbito das relações de produção (MIOTO, 2008, p.132).

Observamos que as autoras da área do Serviço Social, mencionadas anteriormente, concordam com a ideia de que a proteção social pelo Estado nas sociedades com Estado de Bem-Estar Social adquiriu formas diversas nos diferentes países, mas que, em sua maioria, “a família nunca deixou de ter papel significativo na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social.” (MIOTO, 2008, p.135).

Essas autoras fazem referência à análise de Esping-Andersen sobre o grau de participação das famílias nos diferentes regimes de bem-estar, realizada na década de 1990 após as críticas feministas: sobre o obscurecimento do trabalho não pago realizado diariamente pelas mulheres, em casa e fora dela para o bem-estar da família, na classificação dos sistemas de proteção social dos Estados de Bem-Estar Social.

De acordo com Esping-Andersen (1991) estes se estruturaram a partir de diferenciações existentes em relação à desmercadorização, aos padrões de estratificação promovidos pelas políticas sociais e pela forma que se entrelaçaram o papel do mercado e da família com as atividades estatais. São essas as condições que possibilitaram analisar a proteção social nas diferentes sociedades na perspectiva da emancipação da família em relação ao mercado, bem como identificar até que ponto o Estado funciona como fonte de apoio à família na proteção social. (MIOTO, 2008, p.135).

Assim, de acordo com estudos de Teixeira, além de Miotto por exemplo, nos sistemas de proteção construídos ao longo do século XX destacaram-se predominantemente duas tendências quanto a incorporação da família pelas políticas sociais: a perspectiva familista e a perspectiva de desfamíliação.

A perspectiva familista se acentuou a partir dos anos 1990 com a disseminação da ideologia neoliberal e as reformas no âmbito da intervenção do Estado na área social. Observamos essa lógica no contexto brasileiro quando o Estado transfere responsabilidades não lucrativas à família e à sociedade (em especial através de ONG's) e as lucrativas ao mercado. Porém essa direção política não se caracteriza como específica de nosso contexto social, segundo Miotto, Campos e Lima (2006, p.171):

As razões que têm levado à redefinição e aos limites que envolvem o Estado na atualidade remetem ao novo cenário mundial, surgido basicamente a partir do fim das economias socialistas e da crise fiscal do Estado de Bem-estar Social que envolveu grande parte dos países de maior desenvolvimento econômico-social. Na década de 1990, a chamada Agenda Neoliberal vem orientando o desenvolvimento dos sistemas de proteção social no mundo. A redução da tributação, o corte nos gastos públicos, o estímulo ao setor privado através da ampliação de suas ações e do apoio às suas iniciativas lucrativas e de voluntários, incluindo até mesmo a substituição dos serviços previdenciários estatais, têm contribuído para o deslocamento dos gastos sociais estatais quase exclusivamente para o combate à pobreza, pela

focalização direta nos comprovadamente pobres por meio de serviços sociais seletivos. Retoma-se a ideia de um Estado mínimo, expandindo-a por diferentes países, inclusive na Europa em países cujos governos se declaravam socialdemocratas e que apresentam ampla tradição no financiamento e na execução da proteção social.

A proposta familista fundamenta-se na ideia de que existem dois “canais naturais” para os indivíduos suprirem suas necessidades sociais: a família e o mercado. Assim, as famílias principalmente devem assumir a responsabilidade pelo bem-estar de seus integrantes, através da inserção no mercado de trabalho e da compra dos bens e serviços sob a lógica do mercado capitalista. Ao Estado cabe intervir de forma pontual, com políticas sociais focalizadas, segmentadas e transitórias na provisão desse bem-estar, portanto, a intervenção pública estatal deve acontecer somente em últimos casos. Segundo Miotto (2010, p.170),

a ideia que vem embutida no campo da incorporação da família na política social é a ideia de falência da família. Ou seja, a política pública acontece prioritariamente, de forma compensatória e temporária, em decorrência da sua falência no provimento de condições materiais e imateriais de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de seus membros. Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado. O fracasso das famílias é entendido como resultado da incapacidade de gerirem e otimizarem seus recursos, de desenvolverem adequadas estratégias de sobrevivência e de convivência, de mudar comportamentos e estilos de vida, de se articularem em redes de solidariedade e também de serem incapazes de se capacitarem para cumprir com as obrigações familiares.

Isso implica tanto a provisão de recursos como a exigência de carga excessiva de trabalho familiar, pois, nessa perspectiva, ocorre a sobrecarga da família na provisão de recursos para as necessidades básicas, mais ainda das mulheres em relação aos cuidados, além da reprodução da dependência da parentela, da vizinhança, de instituições filantrópicas pelas famílias.

A tendência familista, de acordo com Campos e Miotto (2003, p.170), implica a baixa oferta de serviços sociais pelo Estado, bem como a ideia de modelo único de família: a tradicional família nuclear burguesa – conjugal heterossexual, que tem o homem adulto como trabalhador, provedor e chefe da família; a mulher como esposa, mãe e dona de casa sob os ditames do chefe da família; união conjugal baseada no amor e no casamento eterno, visando à procriação; a presença de filhos com necessidade de proteção e atenção especial para se tornar um adulto “saúdável”, submetidos às hierarquias paterna e materna. Esse modelo idealizado e naturalizado de família desconsidera outros arranjos familiares existentes na sociedade e se pauta na solidariedade “natural” entre seus membros. Assim são reproduzidas

tanto concepções discriminatórias de família, quanto a ideia de naturalização de funções protetoras e de cuidados atribuídas às mulheres e às famílias.

Conforme Teixeira (2010), no familismo as políticas sociais apostam na família como o primeiro e principal espaço da proteção social. São políticas que, independentemente das desigualdades sociais e dos seus efeitos perversos, das condições concretas para enfrentar as vulnerabilidades e riscos sociais, das vicissitudes da convivência familiar e da vida em sociedade, reforçam a centralidade da família na realização da proteção social. As famílias devem ser capazes de proteger e cuidar como fontes naturais de proteção social a serem potencializadas pelas políticas sociais. Assim, o familismo

responsabiliza as famílias pelo bem-estar de seus membros, tendo o Estado um papel subsidiário. Atuando apenas na impossibilidade ou na falência da proteção social familiar e na ausência de um mercado provedor de serviços a baixo custo, ou para aqueles que o mercado e a família não cobrem (TEIXEIRA, 2016, p.29).

Essa perspectiva contraria os direitos sociais de cidadania e sua efetivação através das políticas sociais, reprivatizando, segundo Teixeira (2016), o tratamento dado às expressões da questão social, desmantelando as políticas públicas em especial o acesso aos direitos pela via das políticas sociais. Nesse sentido,

A crítica mais contundente à afirmação da família como referência das políticas públicas, na atualidade, está associada à regressão da participação do Estado Social na provisão de bem-estar. Ou seja, desvia da rota da garantia dos direitos sociais através de políticas públicas de caráter universal e entra na rota da focalização das políticas públicas nos seguimentos mais pauperizados da população, fortalece significativamente o mercado enquanto instância de provisão de bem-estar e aposta na organização sociedade civil como provedora. Nessa configuração a família é chamada a reincorporar os riscos sociais e com isso assiste-se um retrocesso em termos de cidadania social. (MIOTO, 2010, p.170).

A perspectiva de desfamiliarização, entretanto, segue direção oposta, ao defender que a provisão de bem-estar social constitui responsabilidade da sociedade (financiamento) e do Estado (regulação e administração), bem como, que a proteção social se concretiza através de direitos universais de cidadania, pois somente dessa forma se tornam possíveis a consolidação da cidadania e a efetivação da equidade e justiça social (MIOTO, 2010; TEIXEIRA, 2016).

Nesse sentido, essas autoras da área do Serviço Social destacam da análise de Esping-Andersen, sobre os modelos de proteção social, os processos de desmercadorização e de desfamiliarização relacionados à efetivação da cidadania social. O processo de desmercadorização “consiste na possibilidade que o indivíduo e a família têm de se manter

sem depender do mercado” e o processo de desfamiliarização “significa o abrandamento da responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou do mercado” (MIOTO, 2010, p.171).

Essa concepção defende a presença do Estado na garantia dos direitos sociais para a diminuição dos encargos familiares às famílias, para maior independência da autoridade familiar pelos indivíduos que a compõe, para ampliar a autonomia da família em relação à parentela, vizinhança, comunidade (MIOTO, 2008, 2010; TEIXEIRA, 2013, 2016).

Nessa perspectiva as políticas públicas são pensadas no sentido de “socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que a sua capacidade se esgote”. Essa concepção tem uma consequência importante para o exercício profissional, pois há o deslocamento do eixo da busca das causas dos problemas e conflitos, numa análise predominantemente relacional, e se caminha para o fortalecimento das possibilidades de proteção das famílias. (MIOTO, 2010, p.171).

Conforme Teixeira (2010), a desfamiliarização é a capacidade que a política social tem de tornar independente o indivíduo dos cuidados da família, ou seja, quanto mais investimentos em serviços e benefícios sociais para suprir as necessidades humanas sociais das famílias, maior a autonomia dos indivíduos e das famílias. Segundo a autora, trata-se de política “pró-família, porque garante a vida familiar sem sobrecarregar os provedores e os cuidadores” (TEIXEIRA, 2016, p.29), considerados social e historicamente “naturais” – como é o caso das famílias e, nestas, as mulheres.

Por fim, vale destacar as reflexões de Miotto (2010) sobre a distinção entre as duas perspectivas predominantes dos sistemas de proteção social e o direcionamento das políticas sociais e da intervenção profissional:

Essa diferenciação entre propostas nos dá a clara medida do tensionamento de projetos no campo da política social. Tal tensionamento acontece desde o plano da formulação da política até seu processo de implantação e execução. Portanto, as ações profissionais desenvolvidas no âmbito das políticas sociais expressam tanto uma concepção de família como de suas relações no campo social. Isso significa dizer que o como os profissionais desenvolvem suas ações torna-se uma questão fundamental na afirmação de projetos profissionais e societários. (MIOTO, 2010, p.171).

Diante do exposto, compartilhamos da perspectiva protetiva às famílias, da garantia de proteções sociais que atendam às necessidades básicas e as demandas sociais das famílias diante das desigualdades sociais estruturais, de gênero e étnico raciais constituintes das sociedades capitalistas (mais e ou menos desenvolvidas). Para o contexto brasileiro, as

análises das autoras do Serviço Social mencionadas são consensuais no sentido de apontar a predominância da perspectiva familista no sistema de proteção social.

2.4 Centralidade da família na política social brasileira

As análises das autoras, citadas anteriormente, destacam, entre outros aspectos, a centralidade da família no âmbito da proteção social brasileira desde longa data, decorrente das políticas sociais seletivas, fragmentadas, não universais, conforme características próprias da perspectiva familista.

De acordo com Teixeira (2010, p.08), a adoção da matricialidade familiar como princípio estruturante da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), embora tivesse o intento de superar os atendimentos pontuais, fragmentados, descontínuos, reiterou a tendência familista da política social brasileira porque, concomitantemente, concebe a família como instância primeira nas funções de proteção, responsabilizando-a, em particular às mulheres, pelos cuidados e bem-estar de seus membros, e, por conseguinte, reproduzindo a culpabilização das famílias quando não correspondem as expectativas institucionais e profissionais.

A questão da centralidade da família na política de assistência social demanda diversos conhecimentos e competências para analisarmos criticamente as perspectivas referentes ao espaço que a categoria família ocupa no campo das políticas sociais. E, nesse sentido, refletir e propor novas perspectivas de políticas sociais, mais ainda quando se considera a lei n ° 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão do assistente social e dispõe no Art. 4º as competências profissionais, dentre as quais, conforme os incisos VI e VII:

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

O debate referente às políticas sociais no âmbito familiar, como exposto anteriormente, aponta duas diferentes perspectivas. A primeira que preserva a centralidade da família, acreditando que a família tem capacidade própria de cuidado e proteção. A segunda compreende que a capacidade de proteção da família está relacionada a proteção que lhe são assegurados por meio das políticas sociais, particularmente das políticas públicas. Sendo assim, a atual família na sociedade brasileira, além de ser reconhecida como instância de

cuidado e proteção, também deve ser reconhecida como instância a ser cuidada e protegida, destacando a responsabilidade pública. (MIOTO, 2000; 2003).

Além disso, Miotto (2012, p.125) destaca que nos rumos da política social nas últimas décadas alguns processos são bastante evidenciados, dentre os quais cita: “os processos de focalização e os processos de responsabilização da família na provisão de bem-estar social”. Quanto ao processo de focalização aponta o acentuado investimento do Estado em programas sociais de transferência de renda, ao invés de constituir políticas universais e de proteção à classe trabalhadora.

No que se refere ao processo de responsabilização da família na provisão de bem-estar, Miotto (2012) indica a impropriedade dessa responsabilização diante dos indicadores demográficos, sociais e econômicos. Nesse sentido, com base na análise de Goldani (1994) sobre indicadores acerca da família brasileira na década de 1990, afirma que

As transformações ocorridas na família brasileira, considerando o seu enxugamento e as mudanças no caráter de suas relações e de seus vínculos, associadas ao empobrecimento acelerado e à retração dos investimentos públicos, colocavam as famílias brasileiras numa posição bastante difícil. (MIOTO, 2012, p.126).

Além disso, baseada nas reflexões de Pereira (2006), aponta que

o caráter contraditório da família, as transformações na sua organização, gestão e estrutura, bem como a dificuldade de definir fronteiras e responsabilidades entre os diferentes atores do setor informal contraindicam as possibilidades de a família assumir um papel preponderante no campo da proteção social. (MIOTO, 2012, p.126)

Porém, nos discursos institucionais das políticas sociais a família contínua constituída como a instância primeira e fundamental na proteção social.

Ainda referente à centralidade da família nas políticas de proteção social é importante salientar que, para as profissões de caráter interventivo, é extremamente significativo a necessidade de aprofundar o conhecimento que rodeia a incorporação da família pelas políticas sociais brasileiras. Haja vista que se observam discursos e práticas de responsabilização das famílias fortemente naturalizadas no processo de execução das diferentes políticas sociais em prol do bem-estar social dos familiares, processos nos quais os assistentes sociais estão diretamente envolvidos (MIOTO, 2012). Portanto, profissionais que atuam na ponta, na execução do direito aos quais compete evidenciar o que são os serviços sociais e o significado da responsabilização das famílias e do Estado.

Essa centralidade da família na proteção social pode ser observada nas políticas de assistência social, da criança e adolescente, do idoso, da saúde, por exemplo.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) estabelece no inciso IV do item 2.2 - Diretrizes, “a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”, como também que “as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2009a, p.33). Mas, como destaca Teixeira (2016, p.116):

A matricialidade sociofamiliar (...) permite destacar ambiguidades, ao mesmo tempo em que há reconhecimento dos processos socioeconômicos, políticos e culturais que fragilizam as famílias brasileiras, tornando-as vulneráveis, o que justifica a sua centralidade nas ações da política de assistência social, e, por outro lado, reconhece que isso se dá porque a família constitui ‘espaço privilegiado e insubstituível de proteção social e socialização primárias, provedora de cuidado aos seus membros, mas que também precisa ser protegida’ (...). Portanto, a contradição entre cuidar e proteger a família ou fornecer meios para que ela cuide dos membros está posta.

A doutrina de proteção social integral às crianças e adolescentes constante na CF/88 estabelece que a “família é a base da sociedade” (Art. 226) e que compete a ela, em conjunto com o Estado, a sociedade e a comunidade, assegurar à criança e ao adolescente seus direitos fundamentais com absoluta prioridade:

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1998).

O Brasil não manifestava e nem ampliava políticas sociais plausíveis voltadas ao direito de crianças e adolescentes em relação à convivência familiar, até que se concedeu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), muito menos realizava estratégias de atendimento ao público que prevenissem o rompimento dos vínculos familiares. A CF/88 define no Art. 226, parágrafo 4: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 25, define como família natural “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” (CNAS; CONANDA, 2006, p.21).

Observa-se, assim, a tendência à naturalização das funções de reprodução social pelas famílias, sua perpetuação e incentivo para sua permanência na esfera privada doméstica. Contudo, afim de que se alcance a garantia do direito à convivência familiar, é necessário que

a sociedade e o Estado entendam que a família é uma instituição social, histórica e contraditória, que está em constante transformação, que adquire configurações diferentes em cada sociedade (TEIXEIRA, 2013), e que é condicionada pelo conjunto de determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS: RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta parte do TCC, a partir da pesquisa de campo realizada, caracterizaremos a organização Instituto Guga Kuerten, considerando o público abrangido e as atividades (serviços sociais) relacionadas às políticas de assistência social e da criança e adolescente após a promulgação da CF-1988, mas, principalmente, apresentaremos e analisaremos a caracterização das famílias de crianças e adolescentes que participam do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida (PCV), Núcleo São José, desenvolvido pelo IGK.

Para tanto, ressalta-se a importância de abordarmos brevemente a apresentação do Instituto Guga Kuerten, seus principais objetivos, programas e metodologia, visto que, o mesmo é o universo da pesquisa de campo, e por fim, partiremos posteriormente para a apresentação dos resultados e a análise dos achados empíricos.

3.1 Breves considerações sobre o Instituto Guga Kuerten

O Instituto Guga Kuerten é uma associação civil sem fins lucrativos, conforme previsto no Estatuto Social, de caráter filantrópico. É qualificado como uma Organização Não-Governamental (ONG) e de acordo com a caracterização jurídica é uma organização do Terceiro Setor. Seu objetivo principal é garantir a inclusão social de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, desenvolvendo iniciativas esportivas, educacionais e sociais.

A instituição foi criada pela família Kuerten no dia 17 de agosto de 2000, com sede em Florianópolis/SC, com o objetivo de institucionalizar ações sociais que a família Kuerten vinha desenvolvendo ao longo de sua história. A iniciativa de Alice Kuerten teve influência e inspiração a partir da trajetória pessoal e profissional do filho, atualmente ex-atleta, tenista Gustavo Kuerten.

O IGK tem como missão institucional “Oferecer oportunidade de transformação social” e como objetivo “Articular, promover e apoiar ações que visem oferecer oportunidades de desenvolvimento e integração social para todos os cidadãos, buscando fortalecer a cultura de solidariedade entre os membros de nossa sociedade” (IGK, 2014, p. 04). O IGK prioriza o atendimento de crianças e adolescentes, mas contempla também suas famílias, oferecendo atividades que vislumbram o exercício da cidadania, a formação de sujeitos autônomos, a capacidade de transformar a si, suas famílias e a comunidade.

Assim o objetivo do PCV é promover o desenvolvimento das crianças e adolescentes, oportunizando espaço educativo no contraturno escolar para além da sala de

aula regular, abordando temas de maneiras lúdicas e trabalhando em articulação com a rede de serviços do município e região quando necessária ao atendimento das demandas apresentadas.

Atualmente, o IGK desenvolve três programas, quais sejam: o Fundo de Apoio a Projetos Sociais (FAPS) – o qual, visa apoiar “financeira e tecnicamente projetos de organizações sociais de Santa Catarina que desenvolvam ações voltadas para integração da pessoa com deficiência” e é “constituído a partir de cotas doadas por parceiros do IGK” (IGK, 2014, p.22); o Programa de Ações Especiais – que apoia “financeira e tecnicamente projetos que desenvolvam ações que compartilhem de seus objetivos e gerem algum impacto na comunidade, cujas iniciativas e projetos advêm dos diversos pedidos e solicitações que são encaminhados constantemente ao Instituto” (IGK, 2014, p.23); e o Programa Campeões da Vida – o qual destacaremos adiante porque se trata do programa que envolve os sujeitos de nossa pesquisa.

Segundo o manual do estagiário e profissional do IGK (2014), o PCV tem o “objetivo de desenvolver projetos que utilizem o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social, econômica e educacional, buscando sua plena inclusão e gerando impacto na sua formação pela aquisição de competências”. (IGK, 2014, p.24).

Para a permanência dos programas, o IGK conta com o apoio financeiro originado das leis de incentivo fiscal do Ministério do Esporte, do Ministério da Cultura e do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), por cota direta de patrocinadores e assistência das empresas que fornecem os espaços onde são realizados os núcleos do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida. Estes são: a) Núcleo Saco Grande, na Associação Catarinense de Medicina (ACM); b) Núcleo Itacorubi, na Associação Esportiva e Social de Florianópolis (ASTEL); c) Núcleo Palhoça, no Serviço Social do Comércio (SESC); d) Núcleo Campos Novos, na Prefeitura Municipal de Campos Novos; e) Núcleo Canasvieiras, na Associação Catarinense do Ministério Público; f) Núcleo São José, na ELETROSUL e g) Núcleo Biguaçu, na Indústria de Plásticos (INPLAC). Cada núcleo desses atende no máximo cem crianças e adolescentes que possuem de 07 (sete) a 15 (quinze) anos de idade, duas vezes por semana no contraturno escolar. Além desses núcleos, também existe o Grupo Inclusivo no qual são atendidas 20 (vinte) pessoas com deficiência da Cooperativa de Pais e Amigos da Pessoa com Deficiência (COEPAD). Assim, o atendimento totaliza 720 (setecentos e vinte) usuários entre crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.

A localização desses Núcleos no município de Florianópolis foi definida após a realização de mapeamento de comunidades com presença de grupos sociais vulneráveis, ou

seja, em situação de riscos sociais em bairros da cidade, e que não houvesse a presença de programas sociais no seu entorno.

O acesso ao PCV possui critérios de seleção, sendo eles: faixa etária de 07 a 15 anos; ter interesse em participar; estar em aptas condições físicas para prática de atividades físicas e autonomia; estudar em alguma das escolas públicas parceiras do Programa; estar frequentando regularmente a escola e o projeto; ser beneficiário do Programa Bolsa Família e/ou estar vivenciando situação de vulnerabilidade social, econômica e/ou educacional; ou então ser encaminhado pela rede socioassistencial.

O PCV do NSJ do IGK atende 100 (cem) educandos, ou seja, crianças e adolescentes com idades entre 07 e 15 anos que, em geral, estudam na Escola Estadual Básica José Martins Zimmermann, e cujas famílias residem no bairro Sertão do Maruim do município de São José/SC. Além desses são atendidos educandos encaminhados pelo Centro de Referência de Assistência Social do bairro Colônia Santana do município. Dessa forma, o PCV vincula-se também a política da educação, haja vista que o Programa contempla as insuficiências escolares do público-alvo por meio de encaminhamento semestral dos boletins escolares dos educandos. Segundo o plano de ação 2017 do IGK, a relação estabelecida entre as escolas é em prol do desenvolvimento escolar e humano dos educandos. O objetivo é agregar estratégias para proporcionar a continuidade e frequência no âmbito escolar, assim como alcançar um desenvolvimento escolar, como também individual das potencialidades de cada um dos usuários.

As atividades desenvolvidas no PVC abrangem três oficinas socioeducativas: a oficina cultural, a oficina de esportes complementares e a oficina de tênis. O trabalho é desenvolvido interdisciplinarmente por equipes de profissionais das áreas de Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, além de estagiários de graduação dessas áreas. O NSJ, onde foi realizado o estágio supervisionado obrigatório II, III e o não obrigatório II, desenvolve a metodologia de trabalho interdisciplinar, cuja equipe era integrada por um professor de tênis, uma professora de educação física, uma pedagoga, uma assistente social, uma supervisora de Núcleo e três estagiários (Serviço Social, Psicologia e Educação Física), uma bibliotecária responsável pela IGKteca (biblioteca itinerante) e uma estagiária de jornalismo. Há também uma coordenadora social, um coordenador esportivo e um coordenador administrativo.

A atuação do IGK acontece no âmbito das políticas de assistência social e de educação, na esfera do terceiro setor. Caracteriza-se como um espaço complementar de educação por desenvolver as oficinas educacionais e socioeducativas no contraturno escolar,

bem como socioassistencial, ao constituir a rede de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)¹ da Proteção Social Básica do SUAS. Nesse sentido, o IGK desenvolve trabalho social envolvendo: acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento das redes sociais de apoio; organização da informação com banco de dados de usuários e organizações, elaboração de relatórios/prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania. (IGK, 2017, p.8).

Após brevemente caracterizar a organização, seus principais objetivos e programas do Instituto Guga Kuerten, dedicaremos no item seguinte na análise e discussão dos dados coletados dos familiares das crianças e adolescentes participantes do Programa Campões da Vida do Núcleo São José.

3.2 Bairro Sertão do Maruim: breve contextualização

Levando em consideração que o objetivo do trabalho visa caracterizar as famílias responsáveis pelos educandos do PCV, especificamente do Núcleo São José, destaca-se a importância de adentrarmos brevemente alguns elementos sobre o bairro Sertão do Maruim, onde residem os usuários (criança, adolescentes e suas famílias) desse serviço. Nesse momento não se trata de especificar e detalhar os dados demográficos sobre o bairro e sim contextualizá-lo brevemente na atual realidade.

O bairro Sertão do Maruim pertence ao município de São José, localizado no estado de Santa Catarina, seus limites territoriais são ao norte com o bairro forquilhas e ao sul com a cidade de Palhoça, ao leste com o bairro Picadas do Sul e a oeste com o bairro Colônia Santana.

Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de São José é de 209.804 habitantes e, em 2018, a população estimada é de 242.927, constituindo o quarto município catarinense mais populoso. Conforme o censo de 2010, o bairro Sertão do Maruim possui 4.529 mil habitantes, sendo que a população masculina representa 2.239 habitantes e a população feminina, 2.290 habitantes. Assim observamos que nesse bairro existem mais mulheres do que homens: a população desse território é composta de 50,56% de mulheres e 49,44% de homens.

¹O SCFV foi regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, e foi reordenado, em 2013, pela Resolução CNAS nº01/2013.

Os moradores do bairro não possuem muitos recursos públicos. Contam com os seguintes serviços que são importantes de referências como, por exemplo, a Escola de Educação Básica José Matias Zimmermann, o Campus de São José da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), a Creche Tia Mariazinha, o Centro de Saúde, a Capela Imaculado Coração de Maria, a Associação de Moradores do Sertão do Maruim (ASMOSEMA), a unidade das Centrais Elétricas S.A (ELETROSUL), sede do Núcleo São José. Sertão do Maruim conta com áreas comerciais, como mercados, bares, lanchonetes, panificadoras, farmácia, entre outros, agregando positivamente em geração de empregos e rendas.

O bairro encontra vulnerabilidades referentes à segurança, pois o posto policial mais próximo é o do bairro Forquilha-SJ, que fica aproximadamente 8.0 km de distância do bairro, e o do centro de Palhoça, que fica 7.5 km de distância.

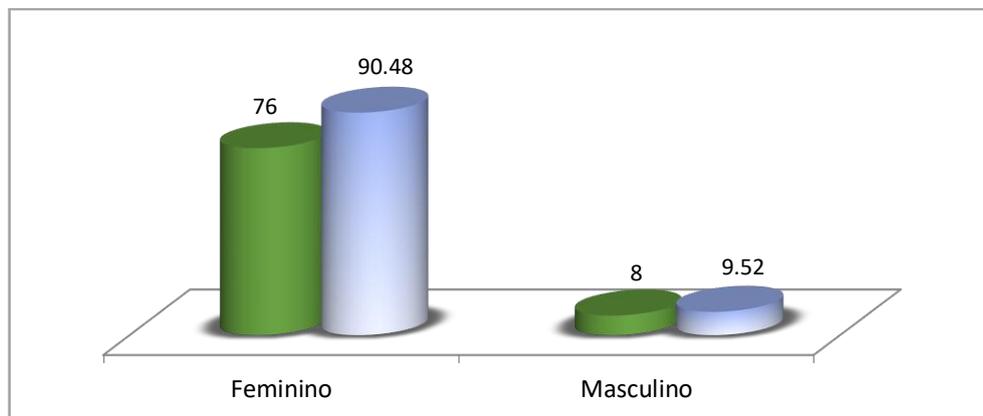
O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que abrange a população do bairro Sertão do Maruim é localizado no bairro Colônia Santana, aproximadamente 10 km de distância, e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) que contempla a comunidade Sertão do Maruim mais próximo é o da unidade da Serraria/SJ. Além disso, a comunidade é escassa em relação às unidades de espaços públicos que favoreçam mais a prática esportiva, culturais e lazeres, sendo que os cidadãos necessitam buscar esses serviços e espaços sociais em outros bairros e municípios.

Após essa breve contextualização do bairro Sertão do Maruim, o qual as crianças e adolescentes e os participantes da pesquisa residem atualmente, no próximo tópico iremos aprofundar a caracterização sociodemográfica familiar dos educandos.

3.3 Caracterização sociodemográfica das famílias

Neste item dedicaremos a apresentação e análise dos resultados a partir da pesquisa empírica realizada com base nas fichas de inscrições dos educandos do Instituto Guga Kuerten, participantes do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida.

O total de responsáveis pelos educandos do IGK, Núcleo São José, soma 84 famílias no período pesquisado. É possível identificar pelos dados do Gráfico 1 o predomínio expressivo da figura feminina como a principal responsável pelas crianças e adolescentes.

GRÁFICO 1 – Distribuição dos responsáveis por sexo

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Constata-se que 90% dos responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridos no PCV são do sexo feminino e somente 10% do sexo masculino, ou seja, repete-se o que acontece na sociedade brasileira: um impacto negativo de sobrecarga para as mulheres na função de responsabilização de seus filhos. Embora, como veremos adiante quanto à ocupação profissional, a maior parte das mulheres responsáveis também esteja inserida no mercado de trabalho, para essas mulheres com filhos dependentes há maior sobrecarga de responsabilidades domésticas e familiares, além do trabalho remunerado. Nesse sentido, de acordo com Guedes e Daros (2009, p.123),

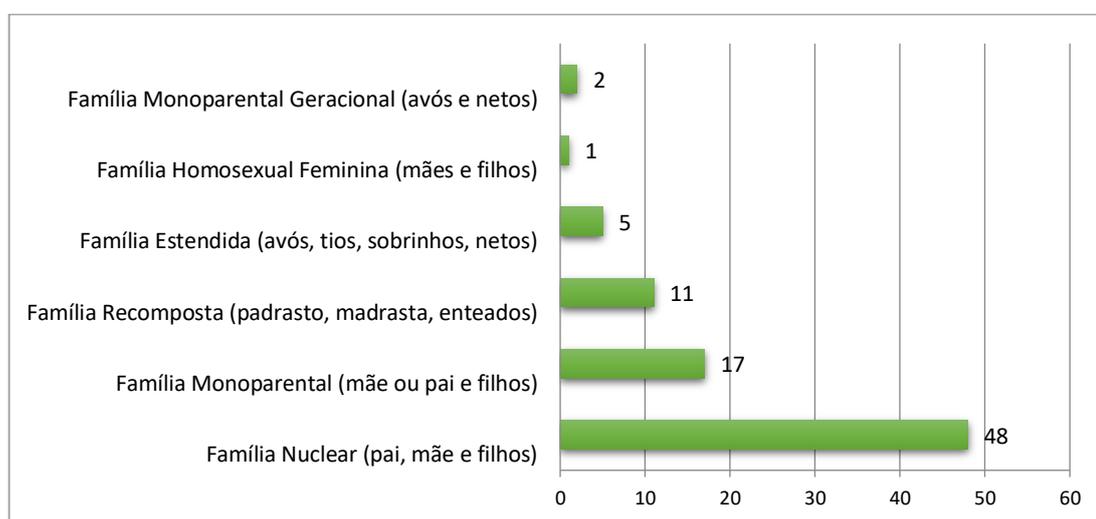
Às mulheres, ainda que exerçam atividades profissionais não vinculadas ao ato de cuidar, impõem-se a responsabilidade pelo cuidado de seus familiares ou porque estes se encontram em desenvolvimento (crianças e adolescentes) ou porque, em decorrência de avançados processos de envelhecimento ou adoecimento, necessitam de cuidados intensivos. As mulheres têm, portanto, na construção da sociabilidade burguesa, ampliada a teia de mediações que concorrem para o processo de alienação que coíbe a possibilidade de realização de projetos livres. Cuidar dos familiares, dos companheiros, em concomitância com as atividades sócio ocupacionais, para cumprir normas historicamente criadas e interpretadas como inerentes à natureza feminina, tornam-se aspectos de uma realidade que tende a desprender-se de seus sujeitos e apresentar-se como eterna.

Como vimos anteriormente, as famílias sempre ocuparam importante papel nas políticas sociais no contexto brasileiro, pois sob a perspectiva familista fundamentou-se na existência de dois “canais naturais” para os indivíduos suprirem suas necessidades sociais: a família e o mercado, a qual dada também à focalização dessas políticas de proteção social, as famílias tem assumido a responsabilidade pelo bem-estar de seus integrantes e, desta forma, mais ainda as mulheres. A centralidade das famílias nas políticas sociais atuais, pelo caráter

mais familista, acaba sobrecarregando as mulheres sem que tenham o suporte do Estado diante das desigualdades sociais de classe, gênero e étnico-raciais.

Na tentativa de classificar os arranjos familiares dos educandos do IGK, encontramos, conforme exposto no Gráfico 2, diversos arranjos familiares: família monoparental geracional (avós e netos); família homossexual (mães e filhos); família estendida (avós, tios, sobrinhos e netos); família recomposta (padrasto, madrasta, enteados); família monoparental feminina (mãe e filhos), família monoparental masculina (pai e filhos), família nuclear (pai, mãe e filhos).

GRÁFICO 2 – Distribuição das famílias dos educandos conforme arranjos familiares



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Na contemporaneidade a ideia existência de um modelo ideal de famílias foi e continua sendo contestada, pois vários estudos mostram que são formadas por diferentes estruturas e dinâmicas sociais, e condicionadas por determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais. Assim, de acordo com Szymanski (1995), deve-se considerar a família vivida, composta por laços de afeto e cuidado, e não apenas por laços sanguíneos, podendo ser elas: famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos, pessoas que vivem sós, pais com filhos adotivos, mães solteiras com seus filhos, casais que não possuem filhos, entre outros, constituem as famílias vividas, portanto, não idealizadas e naturalizadas.

Ainda, conforme o Gráfico 2, observamos que se reiteram as tendências apresentadas na segunda seção sobre a família na contemporaneidade, ou seja, a diversidade de configurações familiares em face de várias as mudanças sociais e também demográficas na

sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que os chamados novos arranjos familiares têm aumentando gradativamente sua participação no total de grupos, a família nuclear (casal com filhos) ainda predomina na sociedade contemporânea, porém com menos número de filhos, reduzindo o seu tamanho médio e sua participação em relação aos outros arranjos familiares.

No universo da pesquisa realizada no Núcleo São José, observamos que, entre os 84 grupos familiares, predomina o arranjo de família nuclear: são 48 (57,14%) famílias compostas de pai, mãe e filhos. Na sequência, destaca-se a família monoparental composta por mães ou pais e filhos totalizando 17 (20,24%) grupos familiares, e, destes, 15 são chefiadas por mulheres e somente 02 chefiados por homens. Também em relação a esse indicador podemos afirmar que corresponde a tendência nacional de incidência maior de famílias monoparentais femininas (mãe e filhos).

Vale lembrar que a família monoparental (feminina ou masculina) foi reconhecida com essa nomenclatura juridicamente na CF/88, em seu art. 226, §4º “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, portanto, ampliando em parte a concepção de família.

O atual crescimento do número de famílias monoparentais é ocasionado principalmente pelo aumento no número de divórcio e às separações de uniões livres, como também um aumento expansivo das mulheres na força de trabalho, elevando a sua independência e sustentabilidade com seus filhos; em número menor aparece a viúvas como outro fator para a expansão desse tipo de arranjo familiar. Ainda, conforme estudos, as mulheres predominam no aumento de números de mães solteiras, que reflete na nova postura da relação à reprodução e à estrutura familiar. Porém, dadas as desigualdades sexuais e sociais também no mercado de trabalho em detrimento das mulheres, que tendem a receber menos que os homens, os arranjos monoparentais femininos são apontados como aqueles mais vulneráveis socialmente.

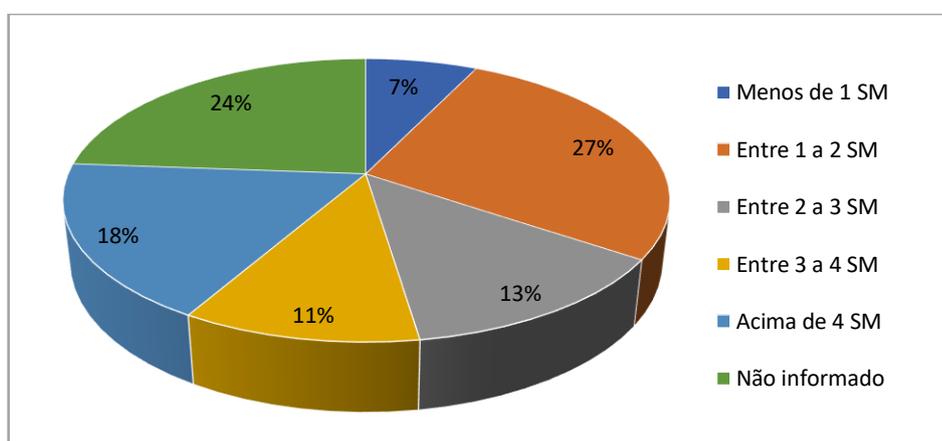
O fator socioeconômico é um indicador importante para reconhecimento da realidade dessa comunidade, haja vista que no estado de Santa Catarina a média em percentual de renda de até 01 salário mínimo² está em 43,4% da população. Em relação à renda familiar das famílias das crianças e adolescentes que participam do Núcleo São José do IGK, portanto relacionada às 84 famílias, constatamos de acordo com o Gráfico 3 que o fator renda familiar é bem diversificado. Mas 7% dos familiares possuem renda inferior a 01 salário mínimo e apenas 18% possuem renda familiar igual ou superior a 04 salários mínimos. Em síntese,

²O valor do salário mínimo no ano de 2018 é de R\$ 954,00.

apesar desses dados não serem tão discrepantes entre si, expressa um indicador mais baixo, pois tem relação com o critério de acesso ao projeto, indo ao encontro do seu objetivo de atender crianças e adolescentes de média e baixa renda, cujas políticas sociais não são suficientes para satisfazer todas as necessidades sociais das famílias.

Além disso, observamos o número elevado (24%) de familiares que não responderam a renda familiar. Remetendo-nos a uma hipótese de se tratar da inserção no único projeto social existente no bairro pode estar relacionado ao receio de não se adequar ao critério renda média ou baixa para a inclusão de seus filhos no PVC do IGK, levando em consideração ser um dado social familiar e não obrigatório na ficha cadastral.

GRÁFICO 3 – Distribuição das famílias segundo a faixa de renda familiar



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Embora sejam famílias em sua maioria com renda superior a 01 salário mínimo não as retira da situação de vulnerabilidade, mais ainda quando as mães e ou pais saem para trabalhar e não tem com quem nem onde deixar os filhos em segurança. Assim constatamos a relevância do projeto IGK no apoio a essas famílias, uma vez que não dispomos de políticas sociais que atendam as demandas de esporte, cultura e lazer no bairro Sertão do Maruim, conforme preconiza o capítulo IV do ECA, “Do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Em seu Art.53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação

em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Além da vulnerabilidade social e econômica se apresenta a vulnerabilidade de serviços sociais, que atendam as demandas e necessidades sociais dessas famílias que moram no bairro Sertão do Maruim, que incluam crianças e adolescentes em projetos sociais de convivência comunitária, que constituam suporte às famílias trabalhadoras.

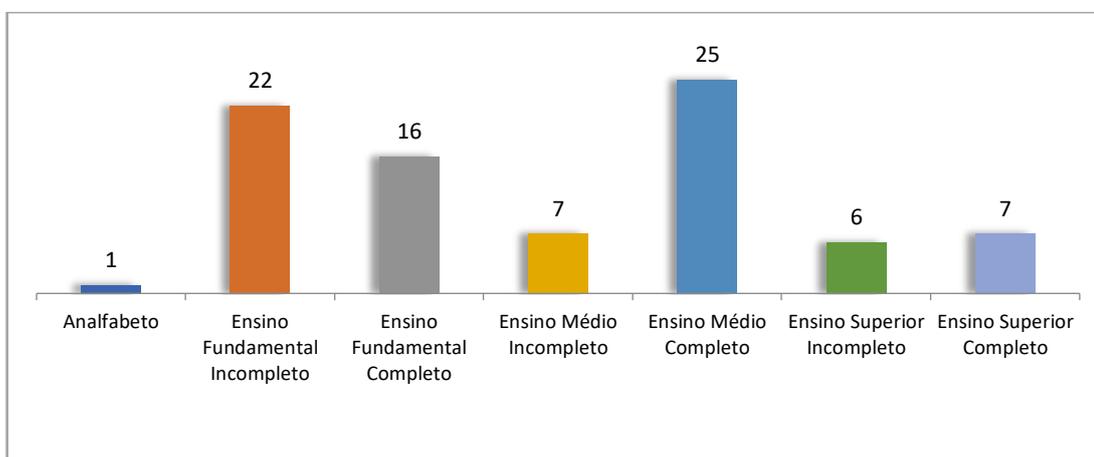
Vale lembrar que a análise dos dados parte da análise teórica abordada na pesquisa e da realidade social dos familiares com as quais manteve relações e interações como estagiária de Serviço Social, assim pode-se explicar melhor algumas características.

Assim, em relação ao grau de escolaridade dos responsáveis pelos educandos, segundo o Gráfico 4, observamos que, de 84 familiares, 01 consta como analfabeto, sendo um dado positivo para a sociedade, indicando que cada vez mais tem se elevado o grau de escolarização e diminuído o número de analfabetos.

O dado relativo ao responsável analfabeto se refere a uma mãe jovem, natural do interior de Frei Paulo -Sergipe, que sempre trabalhou na roça e cuja profissão atual é lavradora. Essa realidade, ainda vivida pelas pessoas que residem em áreas rurais, distantes de escolas e sem transporte devido, reflete a dificuldade do acesso à escola, associado ao fato de terem que também trabalhar desde crianças. Assim, a migração para a cidade de São José foi motivada pela busca por qualidade de vida para si e sua família.

Importante ressaltar a expressão do dado da escolaridade no ensino médio completo de 25 responsáveis, porém, lembrando que Santa Catarina tem o índice de educação acima da média do Brasil.

GRÁFICO 4 – Distribuição dos responsáveis pelos educandos segundo o grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

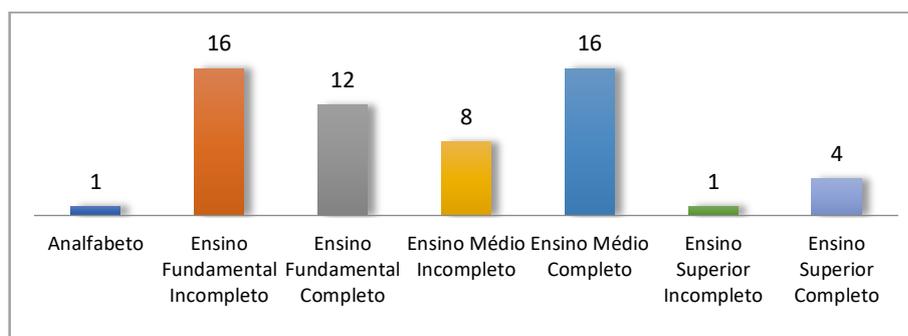
No Gráfico 4, identificamos 13 responsáveis que tiveram acesso ao ensino superior. Trata-se de mulheres trabalhadoras, sendo que 07 possuem ensino superior completo e trabalham como professora (4), administrativa (2) e aposentada (1). Já com ensino superior incompleto resultam 06 mães em diversas áreas de atuação não específica. A inserção das mulheres no ensino superior nos remete também a pensar a possibilidade de realização de desejo de formação e qualificação profissional tendo em vista a inserção no mercado de trabalho com maior independência e estabilidade financeira.

Durante a pesquisa percebemos que o grau de escolaridade se interligava diretamente ao fator socioeconômico: o impacto da escolaridade na empregabilidade e renda desses responsáveis pelas famílias. Entende-se que, à medida que a escolaridade dos indivíduos se eleva, a chance de melhores ocupações aumenta e, por conseguinte, sua renda se amplia. Desta forma, a escolaridade é classificada uma variável de importância no processo de distribuição de renda de um país. Mas conforme o Gráfico 4, quando somamos aqueles responsáveis com ensino fundamental incompleto e completo, observamos que são maioria: 38 responsáveis, ou seja, 45,24%.

Quanto ao grau de escolaridade do (a) cônjuge ou parceiro (a) dos responsáveis pelos educandos, que perfazem 58 pessoas, conforme Gráfico 5, identificamos situação semelhante. Predominam pessoas com ensino fundamental completo ou incompleto: 28 cônjuges, isto é, 48,27%, percentual um pouco maior se comparado aos responsáveis. Ao mesmo tempo tem-se 01 analfabetos e 05 pessoas que acessaram o ensino superior: 04 completaram a formação superior e outro não ainda.

Assim, em linhas gerais, constatamos similaridades entre os graus de escolaridade dos responsáveis e dos cônjuges: predominam o ensino fundamental, seguido do ensino médio e do ensino superior e, por fim, de analfabetos.

GRÁFICO 5 – Distribuição de *cônjuges/parceiros* dos responsáveis por grau de escolaridade

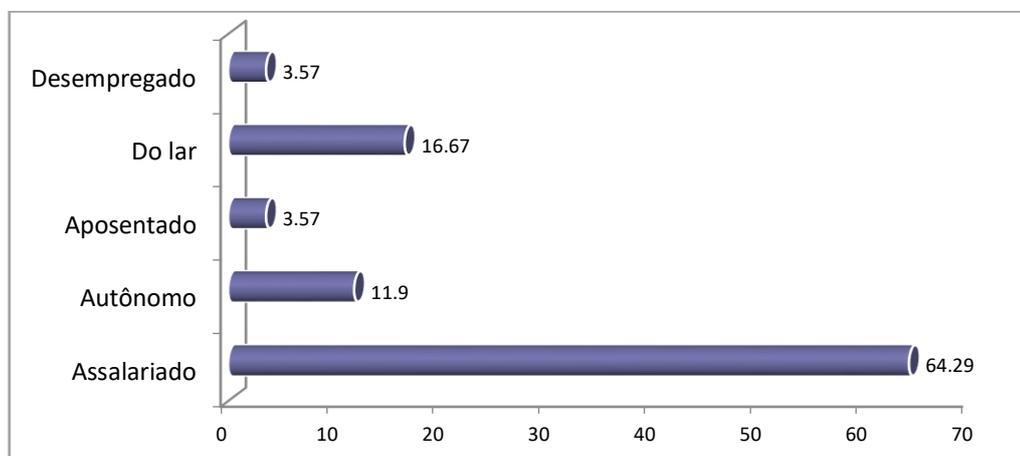


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao analisar os dados quanto à situação de inserção no mercado de trabalho (em termos percentuais) dos responsáveis (total de 84) pelos educandos, conforme o Gráfico 6 constatamos que 64,29% desses responsáveis são assalariados, o que demanda a necessidade de trabalharem e terem um espaço adequado para seus filhos no contraturno escolar, não podendo contar com serviços do Estado, haja vista a ausência de serviços de convivência comunitária.

Ressaltamos, nesse sentido, a importância do PCV do Instituto Guga Kuerten estar presente nesse bairro, sendo o único programa disponível para crianças e adolescentes.

GRÁFICO 6 – Distribuição dos responsáveis por “inserção” no mercado de trabalho

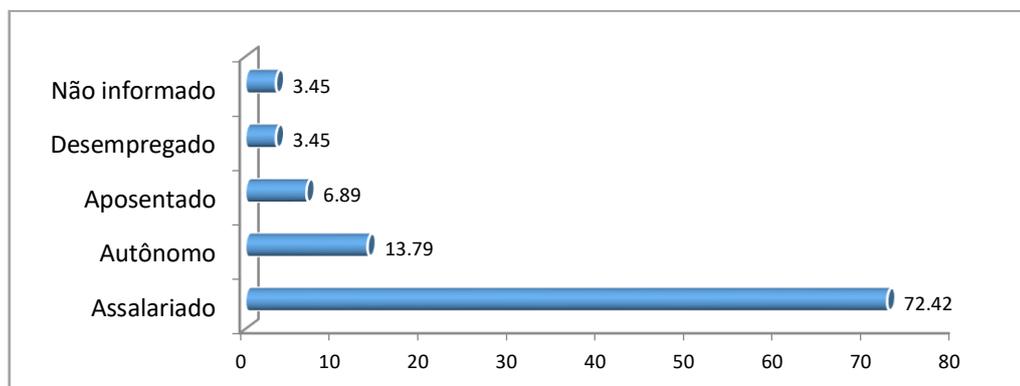


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A negação desses serviços sociais pelo Estado reflete na vida dos responsáveis trabalhadores e a responsabilização familiar fica evidente. Para dar conta do trabalho e da família os responsáveis precisam articular estratégias para enfrentar essa necessidade e ausência de serviços governamentais muitas vezes contando com a ajuda de vizinhos ou outros parentes, pois não contam com espaços apropriados e seguros para a convivência dos seus filhos fora do ambiente escolar enquanto cumprem a jornada de trabalho.

Importante salientar que as referências da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente são legislações fundamentais para compreender a definição dos deveres da família, do Estado e da sociedade no âmbito das crianças e aos adolescentes. Tornam-se indispensáveis para a definição de responsabilidades governamentais, de inserção em programas de apoio à família e de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e suas famílias.

GRÁFICO 7 – Distribuição dos cônjuges/parceiro/a(s) por “inserção” no mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No que se refere aos cônjuges e companheiro/a(s), 58 ao todo, conforme o Gráfico 7, observamos que a maioria está inserida no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, reitera-se a necessidade de políticas sociais que colaborem para atender as demandas familiares de cuidados com os filhos dependentes.

No Gráfico7, relativo aos cônjuges, não consta a “profissão” do lar, pois como vimos, a maioria das responsáveis pelos educandos são mulheres e, nesse senti, trata-se de ocupação atribuída socialmente às mulheres. Ao observar que enquanto a maioria das mulheres eram do lar, os cônjuges se faziam presente na ocupação de trabalhador. Remetendo-nos a pensar que, por mais que as famílias contemporâneas tenham se modificados em algumas questões de gênero e atribuições igualitárias, ainda se faz presente no contexto atual em algumas famílias o homem como chefe da família e da casa: sou seja, aquele modelo patriarcal do homem (provedor) que trabalha e sustenta a família, e a mulher como aquela que cuida dos afazeres domésticos da casa e da família. Segundo o Gráfico 6, em relação aos 84 responsáveis, 16 eram mães com a ocupação “do lar” e duas estavam desempregadas, constando na ficha cadastral os cônjuges com renda familiar.

Também obtivemos dados relacionados à naturalidade dos responsáveis pelos educandos do IGK. Assim, diante das informações disponíveis organizamos a distribuição por estados e regiões do Brasil (Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), sendo que não identificamos pessoas vindas de estados da região Norte, motivo de não constar na Tabela 1.

Conforme os dados, observamos a predominância da naturalidade na Região Sul, e, nesta, do estado de Santa Catarina, sendo 29 oriundas de municípios da região da Grande

Florianópolis e 29 de outros municípios catarinenses, perfazendo 58 familiares responsáveis pelos educandos.

TABELA 1 – Distribuição dos responsáveis por naturalidade segundo a unidade federativa e região do Brasil

Região Nordeste		Região Sul		Sudeste		Centro-Oeste	
Unidade Federativa	Total						
Bahia	05	Paraná	04	São Paulo	03	Mato Grosso do Sul	01
Ceará	02	Santa Catarina*	29				
Pernambuco	03	Rio Grande do Sul	04				
Sergipe	04						
Total	14	Total	37	Total	03	Total	01

* Os dados relativos à Santa Catarina excluem os responsáveis que são naturais dos variáveis municípios da região da Grande Florianópolis, os quais totalizam 29 responsáveis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os responsáveis excluídos de Santa Catarina enfatizam os responsáveis que vieram de outros municípios e não da Grande Florianópolis, destaca-se a questão da mobilidade dos responsáveis.

Ao mesmo tempo chama a atenção o número de pessoas que migraram de estados da região Nordeste para essa cidade de São José na região da Grande Florianópolis. Observa-se o quanto as pessoas se movimentam no território nacional e migram para buscar, em geral, melhor qualidade de vida, de trabalho, de estabilidade, entre outras razões que motivaram a migração. A partir da convivência no estágio em Serviço Social, em contato direto com os responsáveis, muitos foram os que afirmaram como motivos de migrar para essa localidade a busca de qualidade de vida, pensando num futuro melhor para seus filhos e, principalmente, de emprego e melhores salários.

Referente ao deslocamento dos migrantes das suas naturalidades para localidades em busca de melhores condições de vida, seja pelo fator econômico, educacional ou cultural, deve-se tomar alguns cuidados para não cair na desvantagem de uma condição de vulnerabilidade superior ao que já se encontravam. Pois, segundo o economista e professor brasileiro Singer (1998, p.41),

Na verdade, a economia capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem uma proporcionalidade entre o número de pessoas aptas para o

trabalho, que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares de trabalho criados pelas novas atividades implantadas no meio urbano.

Em vista disso, nas migrações internas trata-se da importância de os migrantes contarem com uma qualificação de sua força de trabalho para a sua inserção regular nesse âmbito, pois ao contrário disso, corre-se o risco de submeter-se ao vínculo empregatício informal, o que já pode se considerar comum no mundo do trabalho, ocasionando resultados de diferentes espécies de exploração ao trabalhador, redução de custos e a extinção das garantias de direitos e previdenciários.

Cabe salientar que entre os migrantes existem diferentes possibilidades e condições sociais, ou seja, há aqueles com situação econômica e qualificação profissional superiores à deste público que acabamos de analisar. Muitos vêm com o objetivo de ampliar e explorar negociações trabalhistas e não se limita a sua própria manutenção e de seus membros familiares.

Contudo, é importante frisar a necessidade de suporte para essas pessoas que migram como meio de eles permanecerem e se impulsionarem a buscar o objetivo da migração, tratando-se de apoio familiar e assistência no âmbito da proteção social do município. Na falta desse amparo público, acredita-se que, em muitos casos, ocorre o retorno para o local de onde migraram ou novas migrações em busca de outra localização para alcançar seus objetivos. Esse processo, conforme Singer (1998), de possíveis retornos pode ser caracterizado como processo migratório circular, no qual o indivíduo se desloca de uma localização (podendo ser ela a região) para outra em um pequeno intervalo de tempo.

Por fim, através dessa pesquisa, obtivemos também dados referentes à participação em programas federais da política de assistência social. Constatou-se que somente 03 (três) responsáveis estavam vinculados ao Programa Bolsa Família do governo federal. Situação que, dada à realidade social, remete-nos a pensar em algumas dificuldades. Sendo elas, o acesso ao CRAS, pois este equipamento não se faz presente no bairro Sertão do Maruim e sim localizado no bairro próximo, Colônia Santana, dificultando o acesso aos serviços socioassistenciais; os próprios critérios burocráticos para o acesso aos benefícios da assistência social; e a questão da renda para acesso a tal benefício. Durante a vivência no processo de estágio, em uma oficina socioeducativa da semana da família com o subtema cidadania, percebemos um grande desconhecimento das famílias em relação aos serviços e benefícios da política de assistência social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivamos analisar a caracterização das famílias das crianças e adolescentes participantes do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida do Instituto Guga Kuerten, especificamente do Núcleo São José, através de dados existentes nos cadastros dos educandos.

Como atribuição das (os) estagiárias (os) de Serviço Social na Instituição constituem a recepção às famílias com o preenchimento das fichas cadastrais e, posteriormente, a realização da matrícula dos educandos no sistema. Através da vivência no período de estágio e observação da realidade social, muitos foram os questionamentos gerados nesse processo, dentre os quais: quem são as famílias dos educandos, quais as caracterizações familiares possíveis com as informações cadastradas. Assim, conseguimos sistematizar vários dados e caracterizar essas famílias sob alguns aspectos (indicadores), alcançando os objetivos a que nos propomos.

Concomitantemente foi necessário realizarmos um aprofundamento teórico, debater primeiramente sobre o conceito de família, visto que tal assunto é um fenômeno social e importante a ser desenvolvido, pois a família é um sujeito predominante desde os primórdios da intervenção do assistente social. Para refletirmos sobre o tema, pesquisamos sobre a família nas políticas sociais da contemporaneidade, as atuais mudanças e a centralidade das famílias na política social brasileira. Assim foi possível questionar concepções que naturalizam determinado modelo de família (a família nuclear burguesa), difundindo outros tantos arranjos familiares como inferiores, problemáticos, desajustados, desconsiderando a multiplicidade de dinâmicas familiares existentes. Ou seja, questionar estigmas e preconceitos relacionados às famílias, especialmente, às famílias pobres.

Os estudos realizados possibilitaram a compreensão das relações entre família e Estado no âmbito das políticas de proteção social. Podemos perceber, por exemplo, como a política de assistência social ainda assume um caráter “familista”, na qual a família é acionada para responsabilizar-se pelos seus membros, sem que o Estado promova um conjunto de serviços sociais para garantia dessa provisão de bem-estar social. Assim as políticas sociais atuais reiteram e reforçam determinadas funções (tradicionais) às famílias, penalizando-as ao invés de protegê-las. Nesse sentido também reforçam a sobrecarga das mulheres com os cuidados domésticos e familiares, ou seja, a responsabilização da mulher como agente principal pelo cuidado dos filhos, da família e da casa, colaborando para a manutenção da divisão sexual do trabalho. Responsabilidade ainda maior e mais difícil quando se tratam de

mulheres “chefes de família” pertencentes às camadas da classe trabalhadora, haja vista que, geralmente, desenvolvem trabalhos desprotegidos, precarizados, com baixa remuneração conforme apontaram estudos sobre essa realidade.

Mesmo identificando diversos arranjos familiares e compreendendo suas transformações ao longo dos anos, os dados mostram que ainda o modelo de família nuclear permanece em maior número, ao mesmo tempo, porém, verificou-se a presença de famílias recompostas e monoparentais, portanto, o arranjo nuclear burguês não constitui e nunca constituiu, segundo vários autores, como único modelo de arranjos familiares. Podemos afirmar, portanto, que não existe uma única forma de viver e significar a família, pois, a família, pela perspectiva histórica, tem-se apresentado em diversas dinâmicas, composições e características. Inclusive, num mesmo espaço histórico, têm coexistido e ainda coexistem diversos modelos familiares, embora haja um que seja preponderante.

Ao observarmos os vários significados da concepção de família em debate com os autores ao longo do trabalho, concluímos que faz parte das mudanças contemporâneas considerar as famílias constituídas para além dos laços sanguíneos, abrangendo também laços de afetivos, vínculos de proteção, de ajuda mútua, por adoção, entre outras formas e sentimentos. Nesse sentido compreende-se que não há um padrão determinado e certo para representá-la, ela é um espaço de contínua construção e reconstrução histórica.

Assim, concordamos com a autora Mioto (2010) quando se refere à família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que acham unidas ou não por laços consanguíneos. Também colabora essa compreensão a noção de ‘família vivida’ que se refere ao modo de agir cotidiano dos seus membros e que, segundo Szymanski (1995), além de reprodutora e transmissora da cultura, a família pode ser também um lugar onde as pessoas buscam bem-estar, a despeito da solução encontrada não seguir o modelo dominante na sociedade.

A compreensão do lugar das famílias nas políticas sociais, das atuais mudanças nas famílias e da necessidade do debate sobre a concepção de família constituem aspectos de fundamental importância para a intervenção profissional do assistente social, comprometido eticamente com a defesa e garantia dos direitos sociais de cidadania, contra qualquer forma de discriminação social. Em especial se consideramos que se trata de profissional que, desde suas origens na sociedade brasileira na década de 1930, desenvolve ações junto às famílias das classes trabalhadoras.

A pesquisa realizada possibilitou também pensar e trabalhar com a construção de alguns indicadores sociais. Percebemos o quão importante é o seu uso para as análises da

realidade social, ou até mesmo para mostrar as mudanças que naquela realidade se processam, para o planejamento e tomadas de decisões de política pública e áreas que necessitam de intervenção. Ou seja, a importância da sistematização dos dados e informações sobre a população com as quais trabalhamos. Assim trabalhamos com os indicadores sociais para construir a caracterização das famílias que constituíram nosso universo de pesquisa, mostrando a realidade a partir de dados quantitativos e mediados pela análise qualitativa.

Em relação ao trabalho social com famílias destacamos, com base nos estudos realizados, da importância de reconhecer a família como instância importante na provisão de bem-estar, porém, mais ainda conhecer a realidade das famílias, como vivem nos territórios específicos, como acessam ou não os serviços sociais das diversas políticas sociais. Devemos desenvolver a capacidade de analisar e construir propostas de mudanças nos diferentes planos das relações familiares capazes de preservar e efetivar garantias de direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano dos usuários.

Essa compreensão das famílias é condição primordial para projetar e definir ações profissionais, sem esse conhecimento corre-se o risco de sermos profissionais executivos e não propositivos. Além disso, o Serviço Social não consegue sozinho suprir as necessidades dos usuários, por isso a importância de pensarmos nas articulações intersetoriais das políticas sociais e no trabalho interdisciplinar para o atendimento das demandas das famílias com a devida qualidade dos serviços e prioridade as suas necessidades sociais.

Por fim, o presente Trabalho de Conclusão permitiu maior conhecimento sobre o tema família, políticas sociais e proteção social, nos aproximarmos das respostas à nossa questão central, bem como possibilitou um processo de amplo aprendizado em face dos processos de mudanças nas famílias e, em particular, dos rumos das políticas sociais sobre os ditames neoliberais na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BILAC, Elisabete Dória. **Mãe certa, pai incerto:** da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. XX Encontro Anual de ANPOCS, Grupo de Trabalho: “Família e Sociedade”, Caxambu/MG, 1996. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5371&Itemid=361. Acesso em: 10/09/2018.

BRASIL. CNAS; CONANDA. Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006. Disponível em: http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-deimprensa/publicacoes/PNCFC%20_%2028_12_06%20_%20Documento%20Oficial%20_2_.pdf/view . Acesso em: out 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 02 out. 2018.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** São Paulo: Cortez, p.49-77, 1993.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**, Brasília, v.1, n.12, p.165-190, jan./jun. 2003.

CHRISTIANO, Renata Martins; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. A Família na Contemporaneidade: os desafios para o trabalho do Serviço Social. **Em Debate**, Rio de Janeiro, n. 11, p.32-56, 2013.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP, p.09-29, 1998.

FREITAS, Rita de Cássia S.; BRAGA, Cenira D.; BARROS, Nívia V. Famílias e Serviço Social – Algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Orgs.) **Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 15-38.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.91, p.7-22,1994.

GOLDANI, Ana Maria. Família, Gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan/jun, 2002.

HOBBSAWM, Eric. Revolução cultural. In: **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, p.314-336, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12.ed. São Paulo: Cortez; Lima/Peru: CELATS, 1998.

IGK. Instituto Guga Kuerten. **Manual de atuação do estagiário e do profissional do IGK**. Florianópolis, [Documentação Interna], 2014.

IGK. Instituto Guga Kuerten. **Manual do Serviço Social do IGK**. Florianópolis, [Documentação Interna], 2018.

IGK. Instituto Guga Kuerten. **Site institucional**. 2018. Disponível em: <<http://www.igk.org.br/como-atuamos/programa-campeoes-da-vida>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MIOTO, Regina C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana M. de Moraes dos e MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, p.130-147, 2008.

MIOTO, Regina C. T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.12, n.2, p.163-176, 2010.

MIOTO, Regina C. T. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na política nacional de assistência social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Brasília-DF, 2016.

MIOTO, Regina C. T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). **Serviço Social: questões contemporâneas.** Florianópolis: Ed. da UFSC, p.125-136, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Martha Silva; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Quem cobre as insuficiências das políticas públicas? Contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.10, n.1, p.165-183, jan./jun. 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, . p.25-42, 2006.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Del Niño, Santa Úrsula, Amais, 1995.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família.** Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SARTI, Cinthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, EDUC, p.39-49, 1995.

SARTI, Cinthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu, Campinas/SP**, n. 16, p. 31-48, 2001.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil - uma trajetória particular. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.64, p.38-47, fev. 1988.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez; PUCSP, 2005. p.21-36.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 14ª ed. São Paulo: Contexto, p.1998.

SOUZA, Alinne Bianca Lima; BELEZA, Mirna Carla Moreira; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **Novos Arranjos Familiares e os Desafios ao Direito de Família: Uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas**. 2009. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/577>. Acesso em: 06 nov. 2018.

SZYMANSKI, Heloisa. “Teorias e ‘teorias’ de famílias”. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, Cortez, p.23-27, 1995.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada. In: _____. **A família na política de assistência social: concepções e tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina - PI**. Teresina: EDUFPI, p.23-41, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. Sistemas de proteção social contemporâneos e a política de assistência social: a reatualização do familismo. In: _____. (Org.). **Política de assistência social e temas correlatos**. Campinas, SP: Papel Social, p.27-44, 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.13, n.1, p.4-23, 2010.

VILLA, Simone Barbosa. Os formatos familiares contemporâneos: transformações demográficas. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v. 4, n. 12, p.2-26, dez. 2012. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/4edicao/n12/01.pdf> . Acesso em: 02 nov. 2018.